

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Andressa Anholete/Agência Senado



Randolfe reconhece: base do governo não é aguerrida

Randolfe: base não tem disposição para o embate

Como comentamos por aqui ontem, o show de horrores no Senado com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, tem muita relação com a falta de unidade dentro do próprio governo com relação à pauta ambiental. Mas, para além da absurda agressão a Marina, o governo sofre hoje um problema crônico, que já se verificara em outras ocasiões. Não raras vezes,

a oposição nada de bráçada nos debates nas comissões temáticas. É comum não haver em vários momentos a presença de um integrante sequer da base do governo. Mais organizados, os oposicionistas dominam os debates. “A base não tem a mesma disposição para o embate”, admitiu ao Correio Político, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

CPMI

Em algum momento, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), cederá a instalação da CPMI do INSS. Essa falta de organização e de “disposição para o embate”, como reconhece o próprio líder do governo, poderá, então, virar um grande problema.

Crônico

O que assustou na fala de Randolfe foi a constatação, por ele, de que esse seria um problema crônico. O governo é minoria na Câmara e no Senado. Na avaliação do líder, já perde no número. E a derrota acaba se ampliando por conta de uma postura menos aguerrida.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Damares nos direitos humanos, que era da esquerda

Debate se perde mesmo onde a esquerda dominava

No caso específico do que houve com Marina, foi triste constatar que a falta de defesa a ela muito se deu pelas divergências internas no governo. Pior para o governo. Porque Marina acabou saindo maior do Senado. O grau de agressividade pode ter feito com que, aos olhos da sociedade, a vitoriosa tenha sido ela, apesar

do isolamento ali. Mas a constatação é de que o governo e a esquerda têm muitas vezes perdido o debate mesmo em áreas que sempre dominaram. Mesmo quando era oposição, por exemplo, o PT tinha o comando da Comissão de Direitos Humanos. Hoje, ela é presidida pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

Pauta

Parte da esquerda tende a menosprezar a direita. Especialmente essa nova extrema-direita que pouco compreende. Por mais, porém, que achem que suas convicções são absurdas, a extrema-direita não é tola. E tem uma pauta muito clara e clara de como explorá-la.

Famílias

Foca, então, na ideia de que tais problemas – violência de gênero, feminicídios, estupro, etc – são consequência da existência de famílias desestruturadas. E constrói por aí o seu discurso. Correto ou não, o fato é que a esquerda vem perdendo a disputa na periferia.

Damares

No caso dos direitos humanos, Damares sabe bem quais são os maiores problemas que afetam as comunidades mais carentes, especialmente as mulheres, hoje de maioria evangélica, como ela. E constrói um discurso para abordar tais problemas e sugerir solucioná-los.

Minoria

Assim, a constatação de Randolfe de que essa é a realidade dentro do Congresso, corre seriamente o risco de extrapolar para o lado de fora. No fundo, a minoria no Congresso já é escolha da sociedade. Que votou em Lula pela sua força. Mas ele pode contar com isso sempre?

Líderes discutem como barrar aumento do IOF

Número dois da Fazenda diz que governo estuda alternativas

José Cruz/Agência Brasil



Durigan admite que governo já estuda alternativa para não aumentar IOF

Por Gabriela Gallo

Em meio às repercussões no Congresso Nacional para derrubar a decisão de aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou a deputados da oposição que o tema será discutido na reunião de líderes agendada para esta quinta-feira (29).

O Legislativo articula uma resposta desde o anúncio da equipe econômica do governo federal de que aumentaria o IOF, padronizando a alíquota em 3,5%, com exceção de transferências em investimentos de fundos nacionais para o exterior. Somente na Câmara dos Deputados há 18 Projetos de Decreto Legislativo (PDL) apresentados para derrubar a medida – todos protocolados por parlamentares da oposição.

Livre de impostos

Nos bastidores, a expectativa inicialmente era que o tema não fosse abordado nesta semana, o que concederia ao poder Executivo maior tempo para poder se articular sobre a negativa repercussão que o anúncio gerou, tanto para congressistas quanto para a maioria das confederações empresariais do país. Porém, nesta terça-feira (27), membros da bancada do Republicanos e do União Brasil se uniram para intensificar a pressão para Motta pautar os projetos o quanto antes.

Durante sessão solene na Casa em homenagem ao Dia Livre de Impostos (celebrado nesta quinta-feira, 29), o presi-

dente da Câmara já havia se manifestado sobre o tema, citando que o compromisso dos parlamentares em relação à responsabilidade fiscal é inegociável.

“Defender a justiça tributária é também defender a responsabilidade no gasto público. Esses dois princípios devem caminhar juntos, lado a lado, e assim tem sido nesta Casa, que atua com os setores produtivos e entes federados para construir soluções sólidas”, ele disse.

Mas, mesmo que os líderes de bancadas da Câmara discutam sobre os PDLs para derrubar a medida, a previsão é que qualquer votação só aconteça a partir da segunda semana de junho. Isso porque a próxima semana será com foco total nas duas Casas do Congresso Nacional no 11º Fórum Parlamen-

tar dos Brics, agendado para 3 a 5 de junho.

Haddad

Nesta quarta-feira (28), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com Hugo Motta e com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na residência oficial da presidência do Senado para discutirem sobre o tema. O encontro foi articulado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), em meio a pressão do Congresso. A expectativa é que o ministro e os presidentes das Casas do Legislativo manifestem o que foi decidido nos próximos dias.

O IOF é um imposto federal cobrado pelo poder Executivo sobre uma série de operações

que envolvem dinheiro. Dentre elas, pode-se destacar: empréstimos (como crédito pessoal ou financiamento), seguros, câmbio (compra de moeda estrangeira) e investimentos (como compra e venda de títulos).

Governo

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, participou de uma reunião com o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, além de dirigentes dos principais bancos privados do país no Ministério da Fazenda. Após o encontro, em conversa com a imprensa ele destacou que a pasta irá “se desdobrar” para encontrar uma nova alternativa para não aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras.

Reajuste do funcionalismo é aprovado e vai à sanção

Andressa Anholete/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

O Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (28), o projeto de Lei que reestrutura carreiras do funcionalismo público do poder Executivo, além de aumentar salários das categorias (PL 1466/2025). A votação ocorreu em regime simbólico, registrados apenas os votos contrários dos senadores Eduardo Girão (Novo-ES) e Cleitinho (Republicanos-MG).

Como a Câmara dos Deputados já havia aprovado o projeto, por 388 votos favoráveis e 43 contrários na última quarta-feira (21), e o texto não sofreu alterações, o PL 1466 segue para sanção presidencial.

De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o impacto fiscal será de R\$ 73,9 bilhões distribuído em três anos: R\$ 17,99 bilhões em 2025, R\$ 26,76 bilhões em 2026 e R\$ 29,17 bilhões em 2027.

Os reajustes não serão os mesmos para todas as categorias. De acordo com o governo, “foram baseados exclusivamente em um processo negocial que teve como parâmetros as diretrizes de governo e a política remuneratória”. Dessa forma, cargos em comissão e funções de confiança, assim como de livre nomeação, terão reajuste de 9% para o nível mais baixo e de 69% para o nível mais alto até 2026.

GT

Algumas categorias do funcionalismo público do Executivo não foram contempladas no



Somente Girão e Cleitinho votaram contra o projeto

projeto. Além disso, também não estão previstas questões como progressão funcional e reenquadramento de carreiras. A proposta inicialmente também alterava regras do Sistema de Desenvolvimento na Carreiras (Sidec), porém, essa parte da reestruturação das carreiras ficou para depois.

Isso porque o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), instalou um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a reforma administrativa e, consequentemente, os pontos que ficaram de fora do projeto de lei aprovado. O relator do grupo de trabalho é o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

Greve

O projeto que reestrutura carreiras do funcionalismo público foi aprovado em meio à greve de servidores da Receita Federal. Os sindicatos dos Analistas Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) e dos Analistas

Tributários da Receita Federal (Sindireceita) estão em greve há mais de 180 dias. E a reivindicação das categorias são justamente reestruturação de carreira e reajuste salarial, tanto para servidores ativos quanto para aposentados. Como adiantado pelo Correio, o Sindireceita solicitou reajuste de 9% para junho deste ano e 9,2% para abril de 2026.

As categorias estão em período de negociação com o Ministério de Gestão e Inovação, mas ainda não chegaram a um acordo satisfatório para a categoria. Após a última reunião da direção nacional dos sindicatos com o ministério, nesta segunda-feira (26), o Sindifisco Nacional emitiu Ofício PR 334/2025 informando que os representantes do sindicato rejeitaram as mudanças propostas pelo MGI e solicitando que o secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação, José Lopez Feijóo, agende um novo encon-

tro com a categoria.

Segundo o ofício, assinado pelo presidente do Sindifisco, Dão Real, a proposta apresentada pelo governo foi rejeitada por 95,80% dos Auditores-Fiscais.

“Os principais motivos para a rejeição da proposta foram a insuficiência no índice de reajuste oferecido (percentual não isonômico em relação às demais carreiras); a data para efeito do reajuste – abril de 2026 (sendo que todas as outras carreiras já têm seus reajustes implementados em 2025); e, sobretudo, o tratamento discriminatório e assimétrico da proposta, pois o reajuste oferecido contempla apenas os Auditores-Fiscais em final de carreira e não todos os Auditores-Fiscais da Receita Federal, como devem sempre ser as propostas de negociação salarial”, diz o documento.

“Da forma apresentada, a proposta produziria uma desestruturação e a desvalorização da nossa carreira”, continua o texto.